

1.

**TUDO TEM
O SEU PREÇO**

2.

**ORÇAMENTO
ESCOLAR**



3.

**LIVRO
ESCOLAR**



4.

**ESPAÇO
PÚBLICO**

5.

**SERVIÇOS
PÚBLICOS**

6.

CORRUPTO, EU?

**BENS
PÚBLICOS**

7.

**RAP DO
CONTADOR**



TUDO TEM O SEU PREÇO

Existem várias coisas boas da vida que não custam nada: um belo por do sol, amar e saber que somos amados, banho de rio ou de mar e muitas mais. Outras parecem que são de graça, mas não são. Não custam nada para a gente, mas tem alguém pagando a conta. Por exemplo, quando sentamos na praça para conversar ou namorar, não pagamos entrada, mas o governo gasta para manter o local limpo e seguro. O mesmo vale para a iluminação pública, que clareia as ruas à noite; para a segurança pública, que a polícia deve garantir; para a defesa nacional, obrigação das forças armadas; as campanhas de vacinação etc. São bens de que usufruímos e pelos quais não pagamos nada diretamente ao governo. Estamos tão acostumados com essas coisas, que muitas vezes não damos o devido valor a elas.

Já imaginou se a iluminação pública fosse um serviço particular? Como as pessoas que estão simplesmente passando pela rua seriam cobradas por esse serviço? Colocando um cobrador de plantão 24 horas por dia abordando quem passa? E quem não tivesse dinheiro?



E as forças armadas?
Em caso de ataque ao
país, só defenderiam as
pessoas que estivessem
com o carnê de paga-
mento em dia?



Podemos imaginar um monte de outras situações semelhantes.



Como você pode ver, seria in-
viável cobrar cada um desses
serviços de forma proporcio-
nal ao uso. Esse é um dos mo-
tivos não oferecidos esses
privadas não oferecem esses
serviços. Mas, como são es-
senciais, passam a ser de res-
ponsabilidade do governo.

São os **direitos sociais dos cidadãos**. A cidadania é mais do que os direitos de vida, propriedade, igualdade perante a lei, votar e ser votado; ela também demanda direitos sociais. Imagine que não existissem escolas e hospitais públicos ou postos de saúde. Como ficariam as famílias com baixa renda? Elas conseguiriam ter acesso à educação e à saúde particulares? Para promover a igualdade e garantir certo nível de bem-estar social, o governo mantém serviços de saúde e educação públicos, dentre outros, mantidos com os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhorias) que todos nós pagamos.

PISCA ALERTA

Os bens e serviços fornecidos pelo governo demandam recursos, implicam despesas que o governo tem de cobrir com suas receitas. Logo, nós pagamos por eles através dos tributos, isto é, das taxas, impostos e contribuições de melhoria.

Alguns tributos são pagos diretamente ao governo, por exemplo, o imposto de renda, e nesse caso cada um sabe, de forma mais evidente, quanto pagou, ou indiretamente, quando os tributos fazem parte do preço final dos produtos ou serviços, como no caso do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, e do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

A cobrança de tributos reduz a renda disponível para o consumo. Portanto, ao exigir serviços públicos de qualidade você está agindo dentro dos seus direitos de cidadania.

ORÇAMENTO ESCOLAR

RECURSO FINANCEIRO

Uma escola tem muitas despesas: limpeza, pintura, reposição de materiais, como carteiras e equipamentos quebrados, luz, água, esgoto, refeições na cantina, etc. Tudo isso dentro de uma dinâmica enorme em que se tem de montar o horário das aulas, lidar com problemas de alunos e professores, organizar eventos como feira do livro, fazer relatórios, prestar contas... UFA!

Todos esses itens têm de se manter sempre dentro do orçamento. Assim como o **orçamento pessoal ou familiar**, o **orçamento escolar é uma ferramenta financeira que, geralmente sob a forma de tabela, organiza de um lado as receitas** (o dinheiro que vai entrar) e do outro, as despesas (o dinheiro que vai sair) previstas para serem realizadas ao longo do ano. Quem elabora o orçamento para disponibilizar os recursos financeiros destinados às escolas são as mantenedoras, ou seja, o Poder Público Executivo.

Em uma escola pública, a receita vem do governo, o qual, por sua vez, recebeu-a de nós, dos tributos, ou seja, impostos, taxas e contribuições de melhorias que pagamos. A maioria das despesas já está definida por serem prioritárias para o funcionamento da escola: compra de materiais, luz, telefone, água e esgoto, manutenção, reparos, etc. Uma parte pode ser remanejada e estabelecer prioridades pode ser bem difícil.

Assim, o que é mais importante? Fazer uma pintura nova na escola? Organizar uma feira do livro? Montar um curso de capacitação dos professores? Não importa qual decisão se tome, não será possível agradar a todos. Talvez seja possível atender aos desejos e necessidade de muitos. O problema é que muitas vezes quem decide pode não ter todas as informações de que precisa. É aí que os alunos e famílias podem ajudar.

A participação de pais e alunos pode ser vital para o sucesso de uma escola, e você pode fazer uma grande diferença junto com seus colegas. Agir traz resultados bem melhores do que apenas falar e reclamar.

ORÇAMENTO ESCOLAR

Assim como vocês ou sua família podem organizar a vida financeira por meio de um orçamento pessoal ou familiar, a escola também elabora o seu orçamento. O orçamento escolar é bem mais complexo do que o pessoal ou familiar, mas o sentido é o mesmo: servir como ferramenta para o planejamento financeiro, que traça metas para se alcançar determinados resultados. Os recursos disponíveis são alocados de acordo com essas metas, as quais são definidas pelas prioridades estipuladas pela direção da escola.

Em um planejamento orçamentário, temos as despesas e receitas previstas, as quais estimamos que ocorrerão dentro de determinados valores. Esse planejamento não pode ser rígido, porque determinadas receitas podem não se realizar, ou chegar a valores menores que o esperado, despesas imprevistas podem surgir etc. Portanto, é preciso **ter flexibilidade e traçar prioridades claras** para fazer os ajustes entre o orçamento previsto e o realizado, de acordo com as despesas e receitas de fato ocorridas.

PISCA ALERTA

Lembre-se de que tudo na vida é finito; não só o dinheiro, mas o tempo, os esforços, o pique, a saúde, e até a própria vida!

Por isso, fazer essas escolhas é sempre inevitável - não tem como ter tudo sempre. Nessas horas, baixar as próprias expectativas pode ser um super pulo do gato! Não se trata de ficar medíocre, e sim de parar de se atormentar com metas impossíveis, inviáveis, e concentrar a energia no que pode realmente realizar.

RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO

Em 2007, um movimento iniciado por um grupo e lideranças da sociedade civil, em sintonia com órgãos como o MEC, o Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), resultou no lançamento do **Plano de Metas compromisso Todos pela Educação e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. Com esse Plano, confirma-se o propósito de buscar a melhoria das condições de acesso, permanência, conclusão e sucesso dos alunos, de forma a não comprometer o presente e o futuro das novas gerações e do desenvolvimento social e econômico do país.

O Plano foi pensado para funcionar com a colaboração dos municípios e estados e também das famílias e da comunidade, num esforço de todos para a melhoria dos indicadores educacionais. Ao aderir ao PDE, os municípios e estados devem realizar um diagnóstico minucioso da realidade educacional local. A partir desse diagnóstico, desenvolverão um conjunto coerente de ações. Esse conjunto de ações é o que recebeu o simpático nome de **Plano de Ações Articuladas (PAR)**.





PDDE

Criado em 1995, o **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)** tem prestado assistência financeira às escolas públicas de educação básica. O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos âmbitos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Em 2008, o PDDE investiu R\$ 692,7 milhões, beneficiando 26,9 milhões de alunos matriculados em 117,4 mil escolas. Em 2009, o investimento deu um salto expressivo: R\$ 1,1 bilhão em benefício de 134,1 mil escolas com 43,9 milhões de alunos. O orçamento previsto para 2010 foi de R\$ 1,4 bilhão.

Em 2012, o PDDE repassou R\$ 2 bilhões para mais de 134 mil escolas públicas e privadas de educação especial, em benefício de 43 milhões de alunos. O orçamento previsto para 2013 é de R\$ 2,38 bilhões.

A partir de 2013, o PDDE sofreu algumas inovações, conforme a Resolução N° 10, de 18 de abril de 2013, publicada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia responsável pelo repasse de recursos e vinculada ao MEC.

O recurso é repassado uma vez por ano para as escolas das redes estaduais e municipais que aderiram ao PDE, e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola segundo o Censo Escolar do ano anterior. O dinheiro destina-se à aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; desenvolvimento de atividades educacionais e de gestão escolar.

As escolas com mais de 50 alunos devem criar uma **Unidade Executora** para receber diretamente os recursos do PDDE.

Para consultar as inovações acerca do PDDE e saber mais, consulte: www.fnde.gov.br

A IMPORTÂNCIA DO GRÊMIO ESTUDANTIL NAS ESCOLAS

Pois é, como deu para ver, o governo está interessado na crescente participação dos diferentes segmentos da sociedade nas questões relativas à melhoria da qualidade da educação brasileira. Você já pode pular para dentro dessa canoa também! Uma boa maneira de participar, mesmo ainda sendo adolescente, é por meio do grêmio escolar. **Os grêmios estudantis podem representar os alunos em reivindicações a serem solicitadas à escola, indicando problemas que precisam ser resolvidos**, que podem não ter chegado ainda ao conhecimento da direção.

O grêmio é um grupo de alunos eleito pelos demais para representá-los junto à direção da escola. Assim, os alunos ganham mais voz, dialogando com professores e a direção, de modo a ter maior atenção às suas sugestões e reivindicações.

Hoje em dia, já há governos incentivando a formação de grêmios nas escolas. Foi publicada, no dia 11 de março de 2009, no Diário Oficial do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a Lei nº 3.646, que regulamenta o estatuto do estudante. Um ponto de destaque é que os estabelecimentos de ensino público desse Estado deverão incentivar entre os alunos a criação de grêmios estudantis, com a função de representar os alunos junto à escola no caso de reivindicações solicitadas por eles.

A sua escola já tem grêmio? Se não, que tal conversar com a direção e pedir ajuda para começá-lo? E se não for por meio de um grêmio, de que forma você e seus colegas podem participar desse esforço nacional para a melhoria da educação?

SAIBA MAIS

Veja ótimas informações sobre como formar um grêmio em:

<http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=144>

JÁ VIU UMA COISA DESSAS?

CARTA DE UM ALUNO SOBRE A ATUAÇÃO DA DIRETORA

"ESTOU ESCRREVENDO PARA LHE CONTAR TUDO SOBRE A MINHA ESCOLA. TEM UMA DIRETORA QUE É MUITO EFICIENTE, SE PREOCUPA COM A INFRA-ESTRUTURA DO COLÉGIO E COM O BEM-ESTAR EDUCACIONAL DE CADA ALUNO, PRESTA CONTAS COM A GENTE DE COMO É GASTA A VERBA QUE O GOVERNO MANDA PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS, COLOCANDO NO MURAL DA ESCOLA XEROX DE TODOS OS RECÍBOS, DE LA EU NÃO TENHO O QUE RECLAMAR."

Aluno de EM de escola pública, Diadema

CASO DE SUCESSO

O caso da Escola Serafim da Silva Salgado, Acre

A Escola Serafim da Silva Salgado, localizada no bairro periférico Aeroporto Velho, em Rio Branco, capital do Acre, estava quase abandonada, com paredes pichadas e altos níveis de violência.

A solução finalmente surgiu em 2004, quando a diretora Lúcia de Oliveira Melo começou **um trabalho de integração da escola à comunidade que mudou radicalmente aquela realidade**. Em 2008 já se podiam perceber grandes progressos: o índice de evasão escolar caiu e houve uma melhora significativa na autoestima dos alunos.

Um dos projetos desenvolvidos foi o *Escola Aberta* (projeto federal implantado na escola em 2004), que abre os portões da instituição nos fins de semana para receber moradores da região, estudantes e seus pais. Juntos, eles participam de atividades oferecidas, como aulas de violão, bijuteria, capoeira, futsal, crochê e bordado. Cerca de 80% dos alunos participaram e recomendaram as atividades para amigos e familiares. O espaço físico da escola passou a ser conservado pelos alunos.

Outro projeto foi o *Parada da Leitura*. A cada quinze dias, cerca de cem livros e cartilhas desenvolvidos pelos próprios alunos ficam à disposição da comunidade. Quem não sabe ler é auxiliado pelos alunos e amigos da escola.

Além dessas, há atividades de preservação do meio ambiente, o cultivo de uma horta pelas pessoas da comunidade escolar para as refeições dos alunos e programas culturais com cinema, teatro e música. Enfim, uma parceria entre educadores, pais e alunos que deu certo!

“Entregamos a escola nas mãos do aluno. Hoje, tudo é diferente ao redor e dentro da Serafim. Não temos mais problema de violência, de estudantes armados em sala de aula. O que podemos ver é o entorno tranquilo e uma escola sem depredações”, comemora Lúcia.

LIVRO ESCOLAR

O papel é a principal matéria-prima dos livros didáticos. Precisamos cuidar bem dos nossos livros didáticos, pois eles são importantes para o nosso aprendizado. Sabemos que a maioria deles tem a sua publicação utilizando muito papel, que para ser produzido, passa por um longo processo que começa com a derrubada das árvores. Portanto, uma excelente alternativa é cuidarmos do nosso livro, pois cada livro reutilizado significa que menos árvores são utilizadas. Conhecendo como esses livros são produzidos vai ajudar a compreender como todos nós, cidadãos deste país e deste planeta, poderemos interferir para a redução dos impactos negativos de tal produção na nossa sociedade.

O processo de produção de papel envolve várias etapas.

Tudo começa com o plantio de mudas de eucalipto, uma árvore com alta produtividade de celulose. Em seguida, as árvores são cortadas da floresta, os troncos são descascados e transportados para a fábrica para serem transformados em celulose. Depois disso, a celulose passa por uma limpeza, com alto consumo de água, para retirada de impurezas sólidas, pelo processo químico de branqueamento e pela secagem, para retirada da água. Durante esse processo, muito patrimônio ambiental é utilizado para a fabricação do produto final. E quem arca com os custos diretos e indiretos disso?

Quando as ações de indústrias têm impacto sobre o bem estar de pessoas que não participaram da ação, estamos diante de uma “externalidade”. **A externalidade é o efeito colateral ou a consequência para pessoas externas à transação econômica ou ao negócio, e pode ser positiva ou negativa.**

No caso da contaminação de seres vivos por produtos tóxicos no processo de fabricação de papel, as externalidades são negativas e se propagam sem custos para quem as gera. As empresas fabricantes de papel se utilizam de um recurso que não é seu, como os rios, e provocam danos socioambientais. A sociedade e o meio ambiente como um todo – e não um indivíduo ou empresa em particular – são quem sofrem o prejuízo.

O papel do governo é fazer com que o causador da externalidade assuma seus custos, se ela for negativa, ou receba seus benefícios, se positiva. Por isso existem os impostos e as proibições sobre produtos poluentes como cigarro e veículos movidos a gasolina (poluição do ar) ou casas de festas (poluição sonora) ou que possam causar acidentes (bebida alcoólica), e os incentivos e verbas para cultura e educação, dentre outros. Mas os consumidores também podem fazer sua parte.

A PRODUÇÃO DE PAPEL BRANCO
EXIGE USO DE PRODUTOS QUÍMICOS
ALTAMENTE TÓXICOS PARA O
BRANQUEAMENTO DA CELULOSE

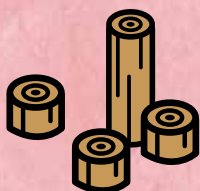


2-3 TONELADAS
DE MADEIRA

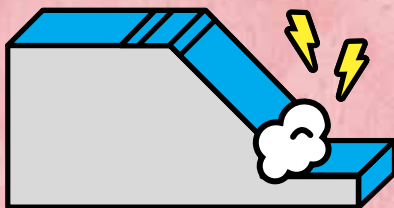
MUITA ÁGUA
E ENERGIA

PRODUTOS QUÍMICOS
ALTAMENTE TÓXICOS

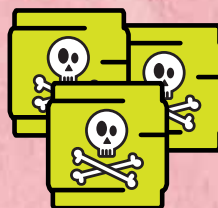
1 TONELADA
DE PAPEL



+



+



=



A produção de papel e celulose no Brasil emprega apenas matéria-prima de áreas de reflorestamento, principalmente de eucalipto (65%), mas isso não elimina os impactos ambientais. Hoje continua assim?

A monocultura de eucalipto consome tanta água que mais de 130 córregos já secaram no Espírito Santo depois que ela foi introduzida nesse estado.

DIOXINA » Mesmo com os tratamentos que recebe nas fábricas, a DIOXINA permanece e é lançada nos rios contaminando águas e solos, e em seguida vegetações, plantações, animais e os seres humanos. As dioxinas vão se acumulando no organismo humano e pesquisas têm mostrado que elas provocam defeitos de nascença, aumentam os riscos de câncer, doenças do sistema nervoso, endócrino e imunológico.

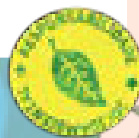
CONSUMO SUSTENTÁVEL

Para analisarmos de forma crítica a complexidade da reciclagem dos resíduos sólidos, é preciso debater sobre o nosso modelo de produção industrial, os nossos valores de sociedade de consumo e os fatores políticos e econômicos que envolvem a questão do lixo. Afinal, mais do que mudanças individuais de comportamento, **precisamos de transformações dos valores culturais que sustentam a lógica do consumo e da produção atuais.**

Nossa sociedade estimula o consumo de forma muito exagerada, o que torna os produtos cada vez mais descartáveis. Por exemplo, uma geladeira que poderia durar 10 ou 15 anos, se torna “velha” com 5 anos de uso. O mesmo acontece com os aparelhos celulares, no entanto, com um intervalo de tempo bem mais curto. Esses casos indicam que **se fizéssemos produtos que durassem mais, teríamos menos resíduos no planeta**, certo? Logo, a durabilidade dos produtos está nas mãos das empresas que os fabricam.

Outro aspecto importante a considerar é que **experimentamos uma constante insatisfação pela falta dos bens materiais que não possuímos e que desejamos ter.** Queremos sempre o que existe de mais moderno ou o que está na moda e, dessa forma, vamos consumindo cada vez mais e acumulando bens de consumo.

Conclusão: além de medidas técnicas e de ações de reciclagem, precisamos de transformações culturais no nosso próprio modo de viver neste planeta. Pense nisso!



PISCA ALERTA

Nenhum objeto será capaz de nos satisfazer plenamente. Nossos sonhos mudam e a realidade não corresponde ao que tínhamos imaginado. Essas ilusões são alimentadas por campanhas publicitárias, mas não podemos nos deixar iludir. Objetos não nos transformam, somente são usados por nós.

COLETA SELETIVA

Antes mesmo de se pensar na solução de um problema, é preciso olhar para a sua causa. Esse é o modo de pensar mais indicado para criarmos alternativas de gerar menos lixo para o planeta.

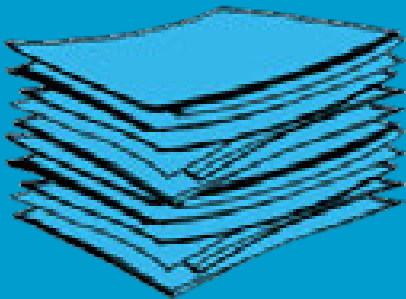
Considerando a quantidade de lixo que geramos diariamente, devemos atentar para o que produzimos em termos de **resíduo**. A coleta seletiva é um passo importante para as políticas de reciclagem de resíduos, facilitando muito esse processo. Basicamente, consiste em separar na fonte, ou seja, no momento em que as empresas e pessoas geram lixo, os materiais recicláveis (papel, plástico, metal, vidro, pilhas e baterias etc.) do restante do lixo. A separação na fonte evita a contaminação dos materiais reaproveitáveis, aumentando o valor agregado destes e diminuindo os custos de reciclagem.

O lixo deteriorável (biodegradável), composto pelos restos de carne, vegetais, frutas etc, é separado do restante, podendo ter como destino os aterros sanitários.

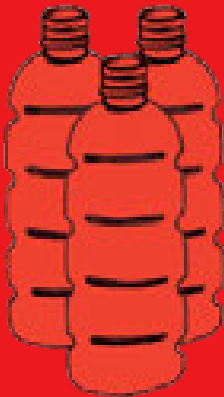
As escolas públicas são excelentes locais para a promoção de campanhas sobre a coleta seletiva, com o lixo sendo devidamente separado pelos alunos e funcionários.



Para 75 latas de aço, recicladas, preserva-se uma árvore que seria usada como carvão.



Para cada tonelada de papel reciclado, evita-se a derrubada de 16 a 30 árvores adultas.



A cada 100 toneladas de plástico reciclado, evita-se a extração de 1 tonelada de petróleo e a economia em torno de 90% de energia.



10% de vidro reciclado economiza 4% de energia e reduz 10% no consumo de água.

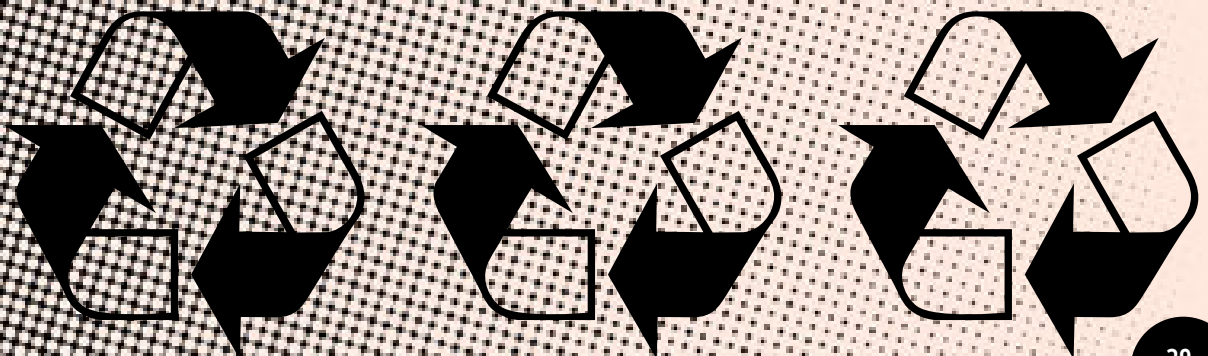
FONTE:


<http://www.planetaplastico.com.br/literatura/literatura/coletaselet.htm>

CONSUMO SUSTENTÁVEL

- » Reduza o uso de papel (e de madeira) o máximo possível.
- » Evite comprar produtos com excesso de embalagem. Saiba que 80% do papel que consumimos é na forma de embalagens.
- » Utilize os dois lados do papel, ao imprimir ou escrever.
- » Revise textos na tela do computador e só imprima se for realmente necessário.
- » Dê preferência a produtos reciclados ou aqueles que trazem o selo de certificação do FSC (“Forest Stewardship Council”), organização independente, sem fins lucrativos, que busca promover a gestão responsável de florestas (no Brasil, é representada pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal).
- » Use filtros, guardanapos e toalhas de pano em vez dos de papel.
- » Recuse folhetos de propaganda que não sejam de seu interesse.
- » Separe o lixo doméstico e doe os materiais recicláveis para as cooperativas de catadores.
- » Organize-se junto a outros consumidores para apoiar ações sócioambientais e pressionar o governo a fiscalizar empresas, criar leis de proteção ambiental e programas de incentivo à produção limpa.

Fonte: www.idec.org.br





ESPAÇO PÚBLICO

Quando olhamos para o mapa da cidade, vemos uma grande quantidade de propriedades privadas, espaços que pertencem a uma pessoa ou a uma empresa particular. Mas existem também as **áreas de uso comum**, que pertencem ao poder público e são voltados para o uso da população.

A rua é considerada o espaço público por excelência. Infelizmente, muitas pessoas pensam que, se a rua é de todos, não é de ninguém, e a sujam jogando lixo no chão, deprimindo, pichando etc. **Essa atitude enfeia e estraga o espaço em que vivemos, diminui a autoestima dos moradores, facilita a propagação de doenças** etc. Lembre-se, se a rua é de todos, se a praça é de todos, é sua também! Faça sua parte e exija que o governo faça a dele também para preservar o espaço público, limpando, reprimindo e punindo atos de vandalismo, punindo pessoas que sujam as ruas, se apropriem indevidamente das calçadas etc. A ação do governo, bem como a sua, é importante para impedir que algumas pessoas se desmotivem e desistam de tentar preservar o ambiente em que moram ou circulam.

HISTÓRIA DO ESPAÇO PÚBLICO

A ideia de que as cidades devam possuir, além das áreas privadas, uma esfera pública, pertencente e usada pela comunidade, é bastante antiga. Na cidade de Atenas da Grécia Clássica, a “ágora” era o local onde ocorriam as discussões políticas entre os cidadãos. Naquela época, só os homens livres (não escravos) eram considerados cidadãos. Entre eles, porém, todos eram iguais, independentemente das diferenças sociais. Portanto, tinham a mesma voz para discutir as questões de sua cidade. Os romanos deram continuidade à ideia com seu “fórum”. As cidades medievais cresceram desordenadamente, mas a ideia do espaço público voltou com a chegada do urbanismo sanitarista no século XIX, que transformou a criação de áreas públicas (grandes avenidas, especialmente) em prioridades. **Atualmente, o espaço público é planejado de forma mais integrada e harmônica com as necessidades e desejos das comunidades.**



ESPAÇOS PÚBLICOS LIVRES

Incluem as áreas de circulação (como a rua), espaços de lazer (como uma praça), de contemplação (como um jardim público) ou de preservação ou conservação (como um grande parque ou mesmo uma reserva ecológica). O governo não cobra ingressos e garante a livre circulação das pessoas. O espaço público livre é um recurso comum (no sentido de coletivo, ou seja, de todos), não se pode impedir alguém de usufruí-lo. **Cabe ao governo estabelecer normas e regulamentações de utilização dos recursos comuns, para evitar a sua degradação, além de garantir sua manutenção.**





CICLOVIAS

As vias de transporte conectam os diferentes pontos da cidade. Permitem que as pessoas circulem para trabalhar, passear, estudar, etc. Atualmente, as ciclovias são muito valorizadas, pois elas estimulam o hábito saudável do exercício. Além disso, as bicicletas não são poluentes e ajudam a diminuir os congestionamentos de carros e ônibus. O uso de bicicletas exige o estabelecimento de espaços próprios, ruas em condições e sem buracos. No Brasil, principalmente nas grandes cidades, o espaço para ciclovias ainda é restrito, em contraste com exemplos de capitais europeias, como Paris, onde a prefeitura instalou um sistema informatizado de estações de bicicletas alugáveis, com diversos pontos de locação e devolução espalhados pela cidade.

CONSERVAÇÃO

O espaço público tem de ser conservado continuamente para recuperar o desgaste causado pelo uso, pelo tempo, pela poluição e por atos de vandalismo. Por exemplo, você sabia que de outubro de 2008 a maio de 2009, os óculos da estátua do escritor Carlos Drummond no Rio de Janeiro foram roubados 3 vezes? O custo dos óculos foi de R\$3.000,00 por vez. A população está pagando essa conta...



TRIBUTOS

A conservação da cidade tem um custo enorme. Todo dia centenas ou milhares de funcionários de limpeza urbana, os garis, têm de recolher o lixo deixado pelo chão, retirar material publicitário inadequado, entre outras atribuições. O custo dessas ações de conservação recai sobre a população em geral através dos tributos pagos: impostos, taxas e contribuições de melhorias.

Para fazer frente às despesas com os serviços públicos e com os espaços públicos, o governo precisa de receita, e essa receita vem dos tributos que pagamos. Mais um motivo para conservar bem o local onde vivemos. Se nós fizermos nossa parte, contribuindo para a conservação do espaço público, além de cobrar a correta utilização dos recursos públicos, estaremos ajudando na redução de custos orçamentários e abrindo espaço para destinação de recursos para investimentos em prol dos cidadãos.



SERVIÇOS PÚBLICOS

JORNAL



Impresso em papel reciclado

SEGUNDA-FEIRA

Gabriel estava voltando da faculdade quando notou uma multidão reunida numa rua do seu bairro. Por pouco ele não passa batido, sem reparar nesse rebuliço, porque estava mergulhado em seus pensamentos sobre sua irmã, que tinha sido assaltada na véspera. Ele se aproximou do grupo de pessoas e logo descobriu que era o prefeito dando uma entrevista na frente de uma obra recém-inaugurada.

Ele dizia para os repórteres que, como a arrecadação de tributos caiu, havia menos recursos disponíveis para as ações da prefeitura, e algumas áreas teriam que apertar o cinto.

— Porém, graças a um acordo com o governo federal, teremos dinheiro para fazer as importantes obras de saneamento básico para as comunidades carentes de nossa cidade. Como sabemos, algumas casas foram construídas

próximas a um esgoto que corre a céu aberto, e isso tem contribuído para a disseminação de doenças que afetam a todos nós.

Após os aplausos, o prefeito também anunciou a reforma de duas escolas municipais, a restauração do calçamento das ruas de um bairro e um evento cultural. Foi nesse momento que Gabriel, que havia lido na véspera uma reportagem sobre o orçamento da prefeitura, ergueu a mão e fez uma pergunta:

— Bom dia, senhor prefeito. Meu nome é Gabriel. Li ontem uma matéria sobre o orçamento da prefeitura e tenho uma dúvida.

— Uma dúvida? Vamos a ela, claro.

— Minha dúvida é a seguinte: Os índices de criminalidade vêm subindo em nossa cidade, com assaltos e outros tipos de violência. Mi-



P.21

Prefeito anuncia reforma de duas escolas municipais, a restauração do calçamento das ruas de um bairro e um evento cultural.

P.23

Prefeito concede entrevista em frente a obra recém-inaugurada. Região sofre com grande número de assaltos.

DIÁRIO

A, MAIO 2010

| jornaldiario.com.br

415-777-1111 46¢

na própria irmã foi assaltada ontem. Considerando-se esses fatos, por que o senhor reduziu as verbas para iluminação pública e para a guarda municipal? O senhor não concorda que uma presença maior da guarda nos espaços públicos e ruas mais iluminadas ajudam a afastar os assaltantes?

Nesse momento, o prefeito teve uma de suas terríveis e famosas enxaquecas, passou a palavra para seu secretário de fazenda e se ausentou. Fontes anônimas declararam ter ouvido o prefeito dizer “Esses jovens de hoje...”.



ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS

Um orçamento público é um instrumento de gestão das finanças públicas, que pode ser entendida, em termos mais simples, como sendo similar a uma tabela em que de um lado estão as receitas, e, do outro, as despesas (o orçamento de um país pode ser a maior tabela que você já viu, com mais de 5.000 linhas). As receitas representam o dinheiro que entra, com o qual se pagará as despesas. A fonte de receita dos governos vem principalmente dos tributos (taxas, impostos e contribuições de melhorias) que os cidadãos pagam. Se a arrecadação cai, ou seja, se menos tributos foram recolhidos pelo governo, há menos dinheiro para se gastar com os serviços públicos.

O orçamento público indica quanto e onde o governo vai gastar o dinheiro que ele recebe.

Um fato importante que deve ser considerado é que o setor público é o responsável pelo maior volume de recursos que gira numa economia. Não há uma empresa particular cuja atuação possa ser comparada com a dimensão e importância dos gastos do governo. Por isso os gastos do governo têm tanto peso sobre a economia de uma cidade, estado ou país.

ORÇAMENTO PÚBLICO

O governo, seja ele federal, estadual, municipal ou distrital, é o responsável pelo provimento de serviços públicos que garantam os direitos do cidadão. Alguns desses direitos são o acesso à educação, saúde, segurança, transporte e saneamento.

Os governos destinam, em seus orçamentos públicos, recursos para dar conta de cada um desses serviços, e o controle dos gastos do governo cabe aos cidadãos e seus representantes legais (os vereadores, deputados e senadores). Observando como o governo gasta o dinheiro público, podemos perceber suas prioridades. Se há muito dinheiro para educação, constatamos que o governo acha essa área importante. Se falta recurso para a segurança pública, é por que o governo acredita que outros setores precisam de mais atenção.

Nos países democráticos, o orçamento, depois de preparado pelo poder executivo – no nível federal, pelos ministros e, no estadual e municipal, pelos secretários – precisa ser votado pelo poder legislativo – Congresso Nacional, no nível federal; Assembléia Legislativa, no nível estadual; Câmara de vereadores, no âmbito municipal. Uma vez aprovado o orçamento, entra em cena, novamente, o poder executivo, que é a parte do governo que toma as iniciativas para que sejam seguidas as decisões de gastos e receitas definidas na votação do legislativo.

Da mesma forma, a proposta de orçamento feita pelo poder executivo e enviada ao legislativo também sofre alterações feitas pelos representantes desse poder. Desvios daquilo que estava previsto no orçamento são noticiados pela imprensa e por sites da internet. Como o cidadão tem o direito de escolher seus representantes legislativos e executivos, é ele que indiretamente define as prioridades de gastos públicos. Se os seus candidatos, quando eleitos, se comportam de modo diferente daquele que prometeram na campanha, perdem a confiança do cidadão-eleitor e podem não conseguir se reeleger.

Realizar esse tipo de fiscalização contribui para que os governos sejam mais eficientes no atendimento à população.

SAIBA MAIS

Como fazer a nossa parte? Há inúmeras organizações que lutam para termos mais acesso às informações públicas. Também existem sites de órgãos públicos (Tesouro Nacional, prefeituras, tribunais de contas) que publicam informações referentes à execução orçamentária e à prestação de contas das entidades públicas. Veja algumas formas de acompanhar nosso país:

Portal Brasil

<http://www.portalbrasil.net/>

Esse site divulga uma série de indicadores nacionais, permite acesso a serviços públicos e redireciona internautas a páginas eletrônicas de órgãos do governo.

Portal da Transparência

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>

Aqui o cidadão pode acompanhar a destinação de recursos do Orçamento da União.

CGU – Olho Vivo no Dinheiro Público

<http://www.cgu.gov.br/olhovivo/>

A Controladoria Geral da União (CGU) não tem recursos para auditar (verificar as contas), ao mesmo tempo, dos 5.600 municípios brasileiros, das 27 unidades da Federação e de todos os órgãos da administração direta e indireta; então criou um programa para capacitar as pessoas a entender as contas públicas e ajudar nessa fiscalização. É o programa “Olho Vivo no Dinheiro Público”.

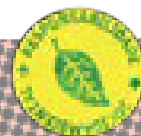
Câmara dos Deputados – Plenarinho

www.plenarinho.gov.br

Este site é voltado para o público infantil, mas traz um interessante “Jogo do Orçamento” com a simulação simplificada das decisões de um orçamento público que diverte ao mesmo tempo em que motiva reflexões importantes.

Fazer a nossa parte, porém, é mais do que acompanhar e fiscalizar o governo. É também:

- » Evitar desperdícios, usando luz e água com mais eficiência. Por exemplo, evitando deixar luzes acesas ou lavar as calças com mangueira de água.
- » Agir com ética e correção, exigindo a nota fiscal nos estabelecimentos comerciais e jamais cedendo a sugestões de propinas para se livrar de multas.
- » Tomar cuidados com sua higiene e saúde, para não gerar gastos com doenças que poderiam ter sido evitadas.
- » Enfim, agindo de forma responsável e consciente em relação à realidade em que vivemos para podermos cobrar o mesmo do governo.



CORRUPTO, EU?

EDUARDO — Vocês estão acompanhando esse último escândalo? É incrível como volta e meia a gente dá de cara com político corrupto!

SÉRGIO — É mesmo! A gente tinha que tirar esses caras corruptos de lá!

CRISTINA — Eles, que estão no poder, tinham que dar o exemplo mais do que todo mundo.

PAULA — É verdade. Eles têm casa, dinheiro, tudo, e se comportam desse jeito.

ADRIANO — Isso é um absurdo! Não devemos aceitar esse tipo de comportamento seja de quem for. Um absurdo. Bem, vamos embora?



FLAGRA



Adriano pega um ônibus e dá R\$10,00 para o trocador, que se confunde e acaba devolvendo dinheiro demais para ele. Adriano percebe e devolve o troco a mais.

FLAGRA



Eduardo vai para seu carro com Cristina. Chegando lá ela o interpela observando que ele bebeu cerveja. Eduardo tenta argumentar, mas Cristina se mantém firme, ela não bebeu, logo é ela quem vai dirigir.



FLAGRA

Paula sai do restaurante terminando de comer sua sobremesa, um brigadeiro. Ela está acompanhada de Sérgio. Depois de dar a última mordida no doce, Paula joga o papel no chão. Sérgio vê, pega o papel e o joga na lixeira. Paula fica sem graça.

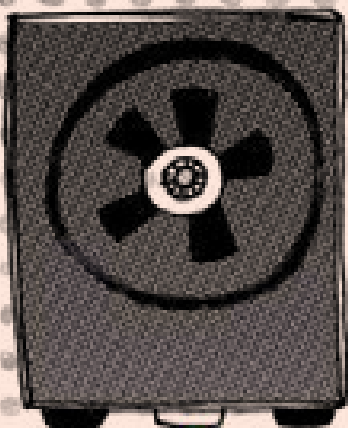
PREVENIR A CORRUPÇÃO É A PRIMEIRA FORMA DE COMBATÊ-LA!


“Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.” Infelizmente, quando o assunto é corrupção, muita gente segue esse lema. Não hesitam na hora de criticar os outros, mas também cometem infrações. Situações assim quase aconteceram com esse grupo de amigos, onde dois quase “escorregaram”, mas foram alertados por quem estava ao seu lado.

Muitas pessoas condenam a atitude de deputados envolvidos em um escândalo, mas infringem a lei e agem em flagrante desrespeito à cidadania. Por exemplo, criticam os políticos, mas estacionam em local proibido, tentam subornar policiais, sonegam impostos etc.

Há mais de trinta anos, o cientista político americano Stuart Gilman – chefe do *Programa Global da ONU contra a Corrupção*, cujo trabalho é coordenar os programas de combate ao problema que as Nações Unidas desenvolvem junto a diversos países, entre eles, o Brasil – se dedica a uma mesma tarefa: descobrir, pelo mundo afora, como se pode evitar que as pessoas pratiquem a corrupção, ou seja, façam uso indevido do dinheiro público. “Um país que admite a pequena corrupção abre caminho para que ocorram grandes esquemas”, diz ele.

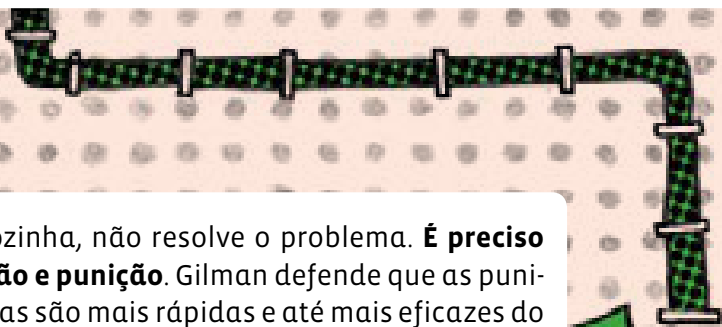
Quando veio ao Brasil em 2007, Gilman desenvolveu um treinamento para o pessoal da CGU (Controladoria Geral da União) sobre técnicas para detectar corrupção – mais especificamente, crimes financeiros. Segundo ele, **a ONU quer enfatizar no Brasil a necessidade de a sociedade civil e o setor privado participarem do enfrentamento do problema porque o interesse é de todos. Se a discussão for apenas entre partidos políticos, a situação nunca se resolverá!**





A posição de Gilman é bastante clara: é possível evitar que o dinheiro público seja usado para fins privados vigiando-o por meio de agências independentes, que fiscalizem de perto e continuamente o poder público. Essas agências podem verificar, por exemplo, se, depois que o governo liberou verbas para a construção de um hospital ou escola, a obra foi realmente feita.

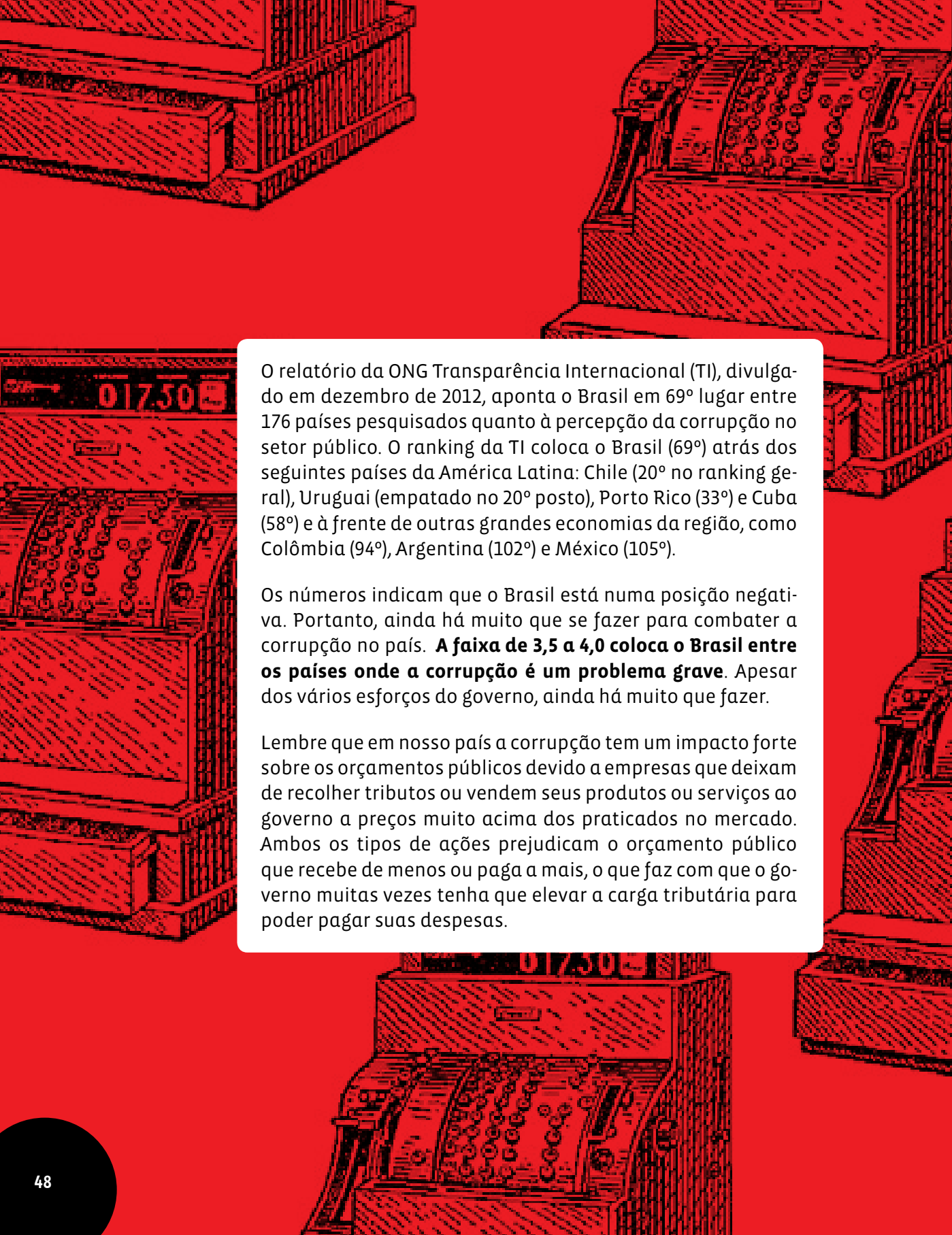
Outra maneira eficiente de prevenir a corrupção nos governos é fazer uma checagem regular de funcionários para ver se eles têm um padrão de vida que combina com seus salários. A Albânia fez isso e, ao final do processo, quase a metade dos funcionários foi mandada embora e no ano seguinte, a arrecadação de impostos praticamente triplicou!



Mas prevenção, sozinha, não resolve o problema. **É preciso combinar prevenção e punição.** Gilman defende que as punições administrativas são mais rápidas e até mais eficazes do que as criminais, que dependem de processos que podem levar infundáveis anos na Justiça. Segundo ele, a simples demissão do funcionário de seu emprego público – que é estável e lhe dá diversos benefícios –, por exemplo, pode ser castigo suficiente para desestimular outros funcionários públicos a saírem da linha.

Uma das formas de saber como anda o Brasil no que se refere à corrupção é olhar estudos e comparações internacionais. A ONG *Transparência Internacional* calcula, por exemplo, o Índice de Percepção da Corrupção, que é baseado na percepção que a sociedade tem do grau de corrupção entre políticos e funcionários do governo. O índice, que cobre 180 países, resulta em notas que variam entre 10 (ausência de percepção) e 0 (percepção total de corrupção).





O relatório da ONG Transparência Internacional (TI), divulgado em dezembro de 2012, aponta o Brasil em 69º lugar entre 176 países pesquisados quanto à percepção da corrupção no setor público. O ranking da TI coloca o Brasil (69º) atrás dos seguintes países da América Latina: Chile (20º no ranking geral), Uruguai (empatado no 20º posto), Porto Rico (33º) e Cuba (58º) e à frente de outras grandes economias da região, como Colômbia (94º), Argentina (102º) e México (105º).

Os números indicam que o Brasil está numa posição negativa. Portanto, ainda há muito que se fazer para combater a corrupção no país. **A faixa de 3,5 a 4,0 coloca o Brasil entre os países onde a corrupção é um problema grave.** Apesar dos vários esforços do governo, ainda há muito que fazer.

Lembre que em nosso país a corrupção tem um impacto forte sobre os orçamentos públicos devido a empresas que deixam de recolher tributos ou vendem seus produtos ou serviços ao governo a preços muito acima dos praticados no mercado. Ambos os tipos de ações prejudicam o orçamento público que recebe de menos ou paga a mais, o que faz com que o governo muitas vezes tenha que elevar a carga tributária para poder pagar suas despesas.

QUANTO CUSTA A CORRUPÇÃO?

O Banco Mundial estima que, nos países onde os índices de corrupção são mais altos, como o Congo, entre 25% e 30% do Produto Interno Bruto (PIB) seja desperdiçado em decorrência do problema. Em países onde a corrupção está sob controle, esses valores não ultrapassam os 3%. Isso ocorre, sobretudo, porque **a corrupção afasta os investidores**. As grandes companhias internacionais, evidentemente, preferem investir em países onde não têm de pagar propinas.

A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO CORRETA

Para se combater a corrupção, é muito importante ter informações corretas e disposição para ir do discurso à ação. Stuart Gilman dá como exemplo a África do Sul, que iniciou um programa de combate à corrupção. Nesse país pensava-se que o sistema judicial era um grande foco de corrupção. Nas pesquisas feitas em 2005, mais da metade dos entrevistados afirmava acreditar na corrupção do judiciário, porém só uma pessoa em mil declarou ter pago propina a um oficial de justiça! Essa contradição chamou a atenção dos pesquisadores. Ao fim de mais estudos, foi possível concluir que o maior problema do sistema judicial do país não era a corrupção e, sim, ineficiência, incapacidade. As pessoas associavam a perda de provas e o arquivamento de casos à corrupção, quando, na maior parte das vezes, esses problemas eram simplesmente resultado de incompetência dos funcionários. O diagnóstico fez, então, com que o governo investisse corretamente em programas de capacitação e reforma dos procedimentos administrativos e burocráticos para dar maior eficiência ao sistema judicial.

RAP DO CONTADOR

Tenho uma dívida que não consigo responder ~~X~~



O que é imposto e taxa, você sabe dizer???

A primeira coisa a aprender vai levar menos de um ~~minuto~~ minuto

Eles tem lá suas diferenças, mas são dois tipos de tributo

Os tributos são a fonte de receita principal

Dos governos municipais, estaduais e federal



Os tributos não responsáveis pela maior parte do dinheiro

Que entra para pagar as despesas públicas do brasileiro

E o que é despesa pública, você deve estar se perguntando

Tem tanta coisa nessa lista que parece que eu estou exagerando

Na escola estadual, o governo tem que pagar

Desde a construção do prédio, até a manutenção do lugar



Acha que é só isso? Olha a sua volta, seja sagaz

Tem o salário dos professores, a comida da cantina e muito mais

Nos postos de saúde, o governo também é ativo

Paga os médicos, os remédios e até o curativa



Essa lista é gigantesca e não acaba por aí

Os tributos pagam os salários do policial e do gari

Acha que quem cuida da sua cidade é uma fadinha?

É o governo quem mantém as ruas, a iluminação pública e a procinha

(com o povo dando aquela ajudinha)



~~X~~ Mas a diferença entre o imposto e a taxa, você não explicou.

Já entendi o que é tributo, mas do assunto desviou

Tá certa, vamos lá.



Atenção na rima DDB e já

Você sabe qual a diferença entre imposto e taxa?


Não é tão complicado, cantando tudo se encaixa.

* O rap (abreviatura em inglês de *rhythm and poetry*, ritmo e poesia) é uma das vertentes da cultura hip hop, as outras sendo o grafite e a dança break. Surgiu nos EUA dos anos 1980 como uma forma de a comunidade negra protestar contra o racismo.

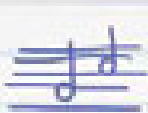
Quando a gente paga o imposto, não sabemos pra que será
Pode ser para manter as forças armadas ou outra coisa que precisar
O imposto também serve pra pagar os serviços diplomáticos do país
E os salários dos servidores públicos, pra não deixar ninguém infeliz



Já no caso das ~~taxas~~ taxas há uma vinculação
Ela é usada para uma coisa específica, já se sabe de antemão
Como a prestação de um serviço público de que a população necessite
Mesmo que não use no momento, ele tá lá, ele existe

§ Dar um exemplo é melhor que blábláblá 
Sabe a taxa de incêndio? É dela que vou falar
Dos bombeiros você poderá precisar ou não
Mas lá estão eles, sempre à sua ~~disposição~~ disposição

🎵 As taxas estão relacionadas à fiscalização e licenciamentos em geral
Se organizam em "competências", em níveis federal, estadual, municipal ou distrital
Portanto, só o município pode cobrar taxas de competência municipal
Como a taxa de coleta domiciliar de lixo, pra evitar o lamaçal



Os impostos são obrigatórios e independem de qualquer contrapartida ><
O contribuinte não sabe exatamente onde a grana será investida.
Sabe o imposto sobre propriedade de automóvel? (dessa nem eu sabia)
Ele não vai necessariamente para a melhoria das vias urbanas ou de uma rodovia.



Para garantir o bem estar público e fazer o que foi proposto
O governo tem o poder de impô-lo, por isso o termo imposto
"Mas se ele tem esse poder, pode tributar o que quiser?"
Só até certo ponto, existem leis que impõem limites. Não é um banzé



Por tudo isso, temos que votar com cuidado
Se informe, não seja acomodado (O seu país diz "muito obrigado!")



IMPOSTOS E TAXAS

É importante saber que os impostos podem ser diretos ou indiretos. No caso dos indiretos, estes estão embutidos nos preços dos produtos ou serviços. A gente paga indiretamente quando compra alguma coisa ou contrata um serviço. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é um exemplo. Nesse caso, o percentual do imposto não varia de acordo com a renda da pessoa, como acontece com o Imposto de Renda, que é um exemplo de imposto direto porque incide direto sobre a renda.

Você deve estar pensando: E se eu deixar de pagar a taxa? Eles apagam o fogo na minha casa mesmo assim?

E a gente responde: Claro! Você acha que o bombeiro vai ficar olhando a sua casa ser destruída? Isso seria um absurdo, imoral e, além de tudo, burrice! Se os bombeiros não fizerem nada, o fogo se alastra e destrói outros imóveis. Agora, se você não paga a taxa, fica com seu nome na lista de devedores do governo e isso traz uma série de problemas. Se você não paga, não está contribuindo para que os bombeiros tenham os recursos para apagar os incêndios.

Existem leis que impõem limites ao poder do governo de criar impostos. Já houve grandes revoltas na história contra o avanço desmedido do governo sobre a renda e o patrimônio da população. A Inconfidência Mineira, que acabou com a morte de Tiradentes, era um movimento de repúdio à tributação. Naquela época, éramos uma colônia da coroa portuguesa e eles prenderam todo mundo que se rebelou. Hoje o país é livre, uma democracia, e a gente pode botar a boca no trombone e protestar sem ser morto ou preso por isso.

Ainda existem as contribuições de melhoria e as contribuições sociais. **Contribuição de melhoria** – Quando o governo faz uma obra que valoriza os imóveis de um local, as pessoas têm de pagar algum valor para o governo. Imagine que o governo municipal aproveite um terreno vazio para construir um parque e uma quadra de esportes. A obra beneficiará toda a população, mas também pode valorizar as residências próximas ao novo parque, gerando um benefício adicional para os proprietários. Os moradores verão seus imóveis subir de valor graças a essa obra. Por isso, a contribuição é vinculada, porque a sua cobrança se destina a cobrir, pelo menos parcialmente, os custos da obra. Não é de qualquer obra que a contribuição pode ser cobrada. Para tanto, ela deve ser instituída por lei. E isso ocorre apenas se gerar valorização do imóvel. **Contribuição social** – Podem ser de vários tipos, a mais conhecida delas é a utilizada para custeio da seguridade social, ou seja, a saúde, a previdência e a assistência social.

EXIJA A NOTA FISCAL

Ao exigir a nota fiscal, você faz com que o fornecedor do produto ou serviço fique obrigado a pagar o imposto devido.

É com o dinheiro dos tributos que o governo (federal, estadual, municipal ou distrital) consegue fornecer os serviços e bens públicos, fazer a manutenção dos espaços públicos etc. O maior beneficiado é você, que inclusive ganha mais força para poder cobrar do governo que ele cumpra bem suas obrigações. A cidadania traz direitos, mas também traz deveres para que o país progrida. É seu direito e dever exigir a nota, e o benefício pelo pagamento do imposto deve ser seu.

As campanhas de conscientização são importantes, mas outras estratégias podem funcionar ainda melhor. Por exemplo, um estado criou o seguinte programa: ao exigir a nota fiscal eletrônica, os consumidores recebem de volta 10% do ISS devido pelo serviço. Além disso, esse estado permite ao consumidor abater até 50% do valor do IPTU devido se ele guardar notas fiscais de suas compras.

PALAVRAS-CHAVE

Esses são apenas alguns dos tributos do sistema tributário do país, mas existem dezenas de outros, o que torna a carga tributária do país uma das mais altas do mundo.

Carga Tributária = proporção dos tributos em relação ao PIB (Produto Interno Bruto, soma de tudo o que se produz no país, sendo a medida do tamanho de uma economia).

IPTU = Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana; é um imposto municipal que as pessoas pagam pelo imóvel dos quais são proprietárias.

ISS = Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; é um imposto municipal pago por empresas ou profissionais autônomos ou liberais ao prestarem serviço para alguém, como médicos, advogados, qualquer tipo de consultoria etc. Apesar de o imposto ser pago por quem presta o serviço, muitos municípios determinam que os clientes são os responsáveis pelo recolhimento do imposto, devendo descontar seu valor do pagamento feito à empresa ou ao autônomo.

IR = Imposto de Renda. Este imposto de renda existe em diversos países, consiste em uma porcentagem da renda média anual de uma pessoa ou empresa que deve ser entregue ao governo. No Brasil, o imposto de renda é cobrado (ou pago) mensalmente, por exemplo, por desconto no salário recebido por empregados, o famoso desconto em folha. (Existem alguns casos em que a mensalidade é opcional pelo contribuinte.) No ano seguinte, o contribuinte prepara uma declaração de ajuste anual em que determina se tem mais imposto de renda a pagar ao governo ou se tem dinheiro a receber (devolução). A cobrança do imposto é proporcional à renda da pessoa. Em 2013, as pessoas que ganhavam até R\$ 1.710,78(*) por mês estavam “isentas” do pagamento de imposto de renda, isto é, não pagavam nada, desde que essa fosse sua única fonte de renda. O imposto de renda no Brasil se divide em Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), para as pessoas, e Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), para empresas.

(*) Pesquise o valor atualizado em:
www.receita.fazenda.gov.br

ICMS = Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços; é o mais importante tributo cobrado pelos estados que incide sobre cada etapa da circulação de todo tipo de mercadoria e de alguns serviços. Em cada uma das etapas, deve haver a emissão de nota ou cupom fiscal. O imposto também incide sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de comunicações e de energia elétrica, entre outros. Na maioria dos casos, as empresas repassam esse imposto ao consumidor, embutindo-o nos preços dos produtos. As mercadorias normalmente são tributadas de acordo com sua importância. Assim, para produtos básicos, como o arroz e o feijão, o ICMS cobrado é menor do que no caso de produtos supérfluos, como cigarros, bebidas alcoólicas e perfumes.

PARA SABER MAIS

Para conhecer mais sobre os tributos e sua importância para o país, é interessante se familiarizar com o PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal.

www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef

A Receita Federal possui seu próprio programa de educação fiscal:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/educafiscal/default.htm>

Além disso, a Receita Federal tem um site que traz informações interessantes e ideias para apresentar aos jovens os conceitos e informações sobre tributos, de forma lúdica e atraente:

<http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/>

<http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/pnef/default.htm>



CARA A CARA

O que você aprendeu?

APRENDI:

A RELACIONAR O DEVER CIDADÃO DE EXIGIR NOTA FISCAL E DE PAGAR TRIBUTOS COM O DEVER GOVERNAMENTAL DE OFERECER OS BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS QUE EU TENHO O DIREITO DE USUFRUIR

PARA QUE SERVEM OS DIFERENTES TIPOS DE TRIBUTOS PAGOS PELOS CIDADÃOS

A PLANEJAR E ME ENGAJAR EM UMA CAMPANHA DE INCENTIVO À EXIGÊNCIA DE NOTA FISCAL PELOS CIDADÃOS